

**PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS**

Secretaria-Geral

**Declaração de rectificação n.º 211/92**

Segundo comunicação do Ministério da Administração Interna, a Portaria n.º 986/92, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 242, de 20 de Outubro de 1992, cujo original se encontra arquivado nesta Secretaria-Geral, saiu com a seguinte inexactidão, que assim se rectifica:

No n.º 4.º, onde se lê «Laboratório de Análises Fármaco-Toxicológicas» deve ler-se «Laboratório de Análises Fármaco-Toxicológicas da Marinha».

Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, 9 de Dezembro de 1992. — O Secretário-Geral, *França Martins*.

**Declaração de rectificação n.º 212/92**

Segundo comunicação do Ministério do Emprego e da Segurança Social, a Portaria n.º 1036/92, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 257, de 6 de Novembro de 1992, cujo original se encontra arquivado nesta Secretaria-Geral, saiu com a seguinte inexactidão, que assim se rectifica:

No mapa do pessoal que se mantém abrangido pelo regime da Portaria n.º 193/79, de 21 de Abril, onde se lê «pessoal auxiliar» deve ler-se «pessoal administrativo».

Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, 15 de Dezembro de 1992. — O Secretário-Geral, *França Martins*.

**Declaração de rectificação n.º 213/92**

Para os devidos efeitos se declara que o Decreto Regulamentar n.º 30/92, publicado no *Diário da República*, n.º 260 (suplemento), de 10 de Novembro de 1992, cujo original se encontra arquivado nesta Secretaria-Geral, saiu com a seguinte inexactidão, que assim se rectifica:

No artigo 9.º, n.º 2, onde se lê «O mandato dos membros do conselho técnico-científico» deve ler-se «O mandato dos membros do conselho técnico-empresarial».

Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, 17 de Dezembro de 1992. — O Secretário-Geral, *França Martins*.

**Declaração de rectificação n.º 214/92**

Segundo comunicação da 6.ª Delegação da Direcção-Geral da Contabilidade Pública, Ministério das Finanças, a Declaração n.º 134/92, publicada no *Diário da República*, n.º 273, de 25 de Novembro de 1992, cujo original se encontra arquivado nesta Secretaria-Geral, saiu com a seguinte inexactidão, que assim se rectifica:

Onde se lê «Cap. 01, div. 02, subdiv. 03, C. E. 04.01.03. I, I. SUP. CIÊNC. TRAB. EM-

PREGO — DESP. COOP. INTERNAC. ÂMBITO DL 48» deve ler-se «Cap. 01, div. 02, subdiv. 03, C. E. 04.01.03. I, I. SUP. CIÊNC. TRAB. EMPREGO — DESP. COOP. INTERNAC. ÂMBITO DL 486/79».

Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, 29 de Dezembro de 1992. — O Secretário-Geral, *França Martins*.

**Declaração de rectificação n.º 215/92**

Segundo comunicação da 9.ª Delegação da Direcção-Geral da Contabilidade Pública junto do Ministério do Comércio e Turismo, a Declaração n.º 120/92, publicada no *Diário da República*, n.º 265, de 16 de Novembro de 1992, cujo original se encontra arquivado nesta Secretaria-Geral, saiu com a seguinte inexactidão, que assim se rectifica:

Na p. 5266, onde se lê «Cap. 02, div. 01» deve ler-se «Cap. 03, div. 01».

Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, 29 de Dezembro de 1992. — O Secretário-Geral, *França Martins*.

**Declaração de rectificação n.º 216/92**

Para os devidos efeitos se declara que a Resolução do Conselho de Ministros n.º 42/92, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 275 (suplemento), de 27 de Novembro de 1992, cujo original se encontra arquivado nesta Secretaria-Geral, saiu com as seguintes inexactidões, que assim se rectificam:

No segundo parágrafo do preâmbulo, onde se lê «Decreto-Lei n.º 148/92, de 21 de Junho» deve ler-se «Decreto-Lei n.º 148/92, de 21 de Julho». No caderno de encargos:

No artigo 13.º, n.º 1, onde se lê «Rua de Angelina Vidal» deve ler-se «Rua Angelina Vidal».

No artigo 21.º, n.º 2, onde se lê «extingue-se com o seu pagamento» deve ler-se «extingue-se com o pagamento».

No artigo 22.º, n.º 2, onde se lê «serão remetidos ao Ministério das Finanças» deve ler-se «serão remetidos, pelo júri, ao Ministério das Finanças».

No artigo 25.º, n.º 5, onde se lê «a lista elaborada nos termos dos n.ºs 2 e 3 do artigo 24.º» deve ler-se «lista elaborada nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 24.º».

No artigo 26.º, n.º 1, alínea b), onde se lê «nos termos dos n.ºs 2 e 3 do artigo 24.º» deve ler-se «nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 24.º».

No artigo 26.º, n.º 2, onde se lê «a Bolsa de Valores de Lisboa» deve ler-se «a Associação da Bolsa de Valores de Lisboa».

No artigo 26.º, n.º 3, alínea b), onde se lê «nos termos dos n.ºs 2 e 3 do artigo 24.º»